



Políticas Públicas de Alimentação no Brasil: Instrumentos para a Promoção da Saúde e do Direito Humano à Alimentação

Public Food Policies in Brazil: Instruments for Promoting Health and the Human Right to Food

Ayla Clícia Soares do Nascimento¹, Arthur Ferreira Matias Araujo², Antonio Alonso da Silva Pereira³, Francisco Ricardo Resende da Nóbrega⁴ e Sandy Ferreira Martins⁵

¹Acadêmica do Curso de Nutrição pela Faculdade Gilgal, Sousa, Paraíba. E-mail: aylaclicia@gmail.com;

²Acadêmico do Curso de Nutrição pela Faculdade Gilgal, Sousa, Paraíba. E-mail: arthur.ferraraaraujo@gmail.com;

³Acadêmico do Curso de Nutrição pela Faculdade Gilgal, Sousa, Paraíba. E-mail: alonsopereira1521@gmail.com;

⁴Nutricionista Especialista em Obesidade e Emagrecimento : UGF-SP; Mestrando em Gestão e Sistemas Agroindustriais - UFCG-PB; Professor de Nutrição da Faculdade Gilgal, Sousa, Paraíba. E-mail: ricardoresendenutri@gmail.com;

⁵Nutricionista Especialista em Nutrição Clínica e Esportiva, Mestre em Ciências da Nutrição pela UFPB e Professor de Nutrição da Faculdade Gilgal, Sousa, Paraíba. E-mail: nutricionistasandy@gmail.com.

Resumo

A alimentação adequada e saudável é um direito humano fundamental e um elemento central para a promoção da saúde pública no Brasil. Diante disso, políticas públicas têm sido desenvolvidas como instrumentos essenciais para garantir a segurança alimentar e nutricional da população. O objetivo desse trabalho é analisar as políticas públicas de alimentação mais importantes do Brasil, destacando sua importância à promoção da saúde e efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Por meio de uma revisão narrativa da literatura, foram investigadas orientações e leis que estruturam a segurança alimentar e nutricional no Brasil, com ênfase no papel do nutricionista como agente estratégico. A análise concentrou-se nos programas LOSAN, PNAN, PNAE, PAT e PAA, estabelecendo como esses instrumentos relacionam ações intersetoriais, promovem práticas alimentares saudáveis e garantem o acesso a alimentos de qualidade para públicos diversos. Destaca-se o nutricionista na definição, implementação e monitoramento dessas políticas, reforçando a educação alimentar e a vigilância nutricional, especialmente em situações de vulnerabilidade. Os resultados apontam que, apesar dos avanços, existem desafios frente à dupla carga de má nutrição e ao maior estado dos alimentos ultraprocessados. A conclusão é que o fortalecimento dessas políticas, juntamente com a qualificação técnica de profissionais, é essencial para a consolidação do DHAA e para a melhoria das condições de saúde da população brasileira.

Palavras-chave: Políticas públicas; Alimentação; Segurança Nutricional; Nutrição; Nutrição em saúde pública.

Abstract

Adequate and healthy food is a fundamental human right and a central element for promoting public health in Brazil. In view of this, public policies have been developed as essential instruments to ensure the food and nutritional security of the population. The objective of this study is to analyze the most important public food policies in Brazil, highlighting their importance in promoting health and implementing the Human Right to Adequate Food (HRAF). Through a narrative review of the literature, guidelines and laws that structure food and nutritional security in Brazil were investigated, with an emphasis on the role of the nutritionist as a strategic agent. The analysis focused on the LOSAN, PNAN, PNAE, PAT and PAA programs, establishing how these instruments relate intersectoral actions, promote healthy eating practices and ensure access to quality food for diverse audiences. Nutritionists stand out in the definition, implementation and monitoring of these policies, reinforcing food education and nutritional surveillance, especially in situations of vulnerability. The results indicate that, despite the progress, there are challenges in the face of the double burden of malnutrition and the increased use of ultra-processed foods. The conclusion is that strengthening these policies, together



with the technical qualification of professionals, is essential for the consolidation of the HRAA and for improving the health conditions of the Brazilian population.

Keywords: Public policies; Food; Nutritional security; Nutrition; Nutrition in public health.

1. Introdução

A alimentação adequada e saudável torna-se necessária para a promoção da saúde pública e para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), princípio consagrado pela LOSAN e ratificado como política estatal brasileira (Brasil, 2006). A consagração desse direito não apenas se limita ao acesso a alimentos em quantidade, mas também requer qualidade nutricional, diversidade cultural e sustentabilidade socioambiental, fundamentos que norteiam o arcabouço normativo e institucional do SISAN. (Brasil, 2006). Aponta que os investimentos em infraestrutura pública como bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares são mecanismos eficazes de operacionalização dessas diretrizes, permitindo reduzir desigualdades e fortalecer a soberania alimentar.

Nesse interim, surge a importância do nutricionista como articulador, monitor e educador. A adoção de diretrizes como os Guia Alimentares, traduzidas para a prática clínica e comunitária, depende da capacidade desse profissional de operacionalizar recomendações, como a redução do consumo de alimentos ultraprocessados e o incentivo à variedade alimentar. Essa interlocução também é essencial na vigilância nutricional por meio do SISVAN, como observado em pesquisas sobre populações indígenas e territórios periféricos, que confirmam avanços significativos na identificação de vulnerabilidades nutricionais (Barros *et al.*, 2007).

Por fim, a relevância de tais políticas torna-se ainda mais evidente no enfrentamento da dupla carga de má nutrição no Brasil, caracterizada por persistência de deficiências associadas ao crescimento da obesidade e doenças crônicas não-transmissíveis. A combinação de acesso a alimentos de qualidade, articulação intersetorial e atuação profissional qualificada confirma como o sistema público brasileiro, apoiado por nutricionistas, pode efetivar o DHAA. A fundamentação científica atesta que é possível integrar políticas e promover saúde coletiva por meio de intervenções nutricionais (Dias *et al.*, 2020).

Deste modo, este estudo se propõe a analisar e integrar as principais políticas públicas brasileiras voltadas para a promoção da alimentação adequada e saudável — LOSAN, PNAN, PNAE, PAT e PAA — destacando seu papel na concretização do Direito Humano à Alimentação, na promoção da saúde e na atuação do nutricionista como agente central na implementação e monitoramento dessas ações.



2. Metodologia

Este trabalho trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com enfoque descritivo e qualitativo, cujo objetivo foi reunir e analisar as principais políticas públicas brasileiras relacionadas à promoção da alimentação adequada e saudável. A metodologia adotada envolveu as seguintes etapas:

Inicialmente, definiu-se como eixo central do estudo a análise das políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional no Brasil, com ênfase nas leis e programas: LOSAN, PNAN, PNAE, PAT e PAA. Foi realizado um levantamento de documentos legais, diretrizes e publicações oficiais nas seguintes fontes: Portal da Legislação, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (antigo MDS), Plataforma LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO e Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores combinados com operadores booleanos: ("Políticas Públicas" AND "Alimentação Saudável") OR ("Segurança Alimentar" AND "Nutricionista") OR ("PNAN" OR "PNAE" OR "PAA" OR "PAT" OR "LOSAN").

Como critérios de inclusão foram incluídos documentos legais vigentes no território brasileiro, artigos científicos e publicações entre os anos de 2006 e 2025 e textos em português. Já os de exclusão foram documentos com conteúdo opinativo sem respaldo técnico-científico, publicações repetidas ou desatualizadas e leis revogadas ou substituídas.

Após a coleta, os dados foram sistematizados em uma tabela com os seguintes campos: Nome da política/lei; Ano de criação; Objetivo principal e público-alvo. A análise foi feita de forma descritiva e interpretativa, buscando compreender a inter-relação entre as políticas e os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Por se tratar de uma pesquisa teórica e documental, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Reconhece-se como limitação o foco exclusivo em documentos nacionais, o que pode restringir comparações com políticas internacionais.

3. Resultados e Discussão

Para contribuir com a alimentação dos brasileiros, de forma mais saudável e sustentável, o nutricionista deve, primeiramente, conhecer as principais políticas alimentares existentes no Brasil. Em seguida, deve monitorar e zelar pela aplicação e execução de cada uma delas (Brasil, 2011).



A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), representando a evolução dessa base jurídica, constitui um dos eixos centrais do SUS para a promoção de saúde por meio da alimentação. Apontada como política intersetorial desde sua instituição em 1999 e atualizada em 2011, a PNAN articula vigilância nutricional, promoção e atenção primária, resgatando seu papel estratégico em reduzir estaturas inadequadas, deficiência de vitaminas e vulnerabilidade nutricional. Ainda, pesquisas recentes confirmam que a incorporação de nutricionistas aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família fortaleceu a prática clínica e a educação alimentar, aprofundando a efetividade das diretrizes da PNAN (Brasil, 2011; Oliveira et al., 2023; Santos et al., 2017).

No plano dos programas governamentais, o PNAE, o PAA e o PAT operam como instrumentos operacionais que convertem políticas em ações cotidianas. O PNAE, por exemplo, tem sido destacado por fomentar a educação alimentar nas escolas e promover cadeias curtas de produção ao privilegiar alimentos da agricultura familiar, contribuindo para sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. Paralelamente, o PAA fortalece o campo com compras institucionais, enquanto o PAT assegura suporte nutricional a trabalhadores, ilustrando como políticas públicas podem atuar em múltiplos territórios da vida social (Oliveira et al., 2024; Moura et al., 2023; Silva, 2024; Wagner; Gehlen, 2017).

Em um país abalado por prolongadas desigualdades, em que milhões de brasileiros seguem a experimentar insegurança alimentar, assegurar alimentação digna, saudável e sustentável é um ato de cidadania (Reinaldo, 2023). Dada essa situação, as políticas públicas de alimentação no Brasil se constituem em indicadores fortes de transformação social, com os nutricionistas atuando como protagonistas no processo. Para uma maior compreensão dessas políticas, o Quadro 1 a seguir mostra e compara os principais programas e leis que organizam a promoção da alimentação adequada e a saúde coletiva no território nacional.

Quadro 1. Principais políticas/ leis direcionadas a alimentação.

Política / Lei	Ano de Criação	Objetivo Principal	Público-Alvo	Principais Estratégias	Papel do Nutricionista
LOSAN	2006	Garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e instituir o SISAN	Toda a população brasileira	Participação social, articulação intersetorial, formulação de políticas e planos	Atuar na formulação e monitoramento das políticas de SAN; zelar pela efetivação do direito à alimentação



PNAN	1999 (revisada em 2011)	Promover práticas alimentares adequadas e saudáveis e prevenir carências e doenças relacionadas à alimentação	População atendida pelo SUS	Educação alimentar e nutricional, vigilância alimentar e nutricional, apoio à atenção básica	Coordenar ações de EAN, realizar diagnóstico nutricional, propor estratégias no SUS
PNAE	1955	Oferecer alimentação escolar e educação alimentar a alunos da rede pública	Estudantes da educação básica da rede pública	Aquisição de alimentos da agricultura familiar, cardápios saudáveis, formação de hábitos	Planejar cardápios, orientar boas práticas higiênico-sanitárias, promover EAN nas escolas
PAT	1976	Melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores de baixa renda	Trabalhadores de baixa renda	Parcerias entre governo e empresas, incentivo fiscal, oferta de refeições balanceadas	Elaborar cardápios nutricionalmente adequados, realizar treinamentos, avaliar impacto nutricional
PAA	2003	Apoiar a agricultura familiar e promover o acesso a alimentos	Agricultores familiares e populações em insegurança alimentar	Compra direta de alimentos sem licitação, distribuição a instituições públicas	Apoiar ações de compras públicas, garantir qualidade e diversidade dos alimentos adquiridos

Fonte: Autoral (2025).

Legenda: LOSAN (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Lei nº 11.346/2006); PNAN (Política Nacional de Alimentação e Nutrição); PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar); PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador – Lei nº 6.321/1976); PAA (Programa de Aquisição de Alimentos – Lei nº 10.696/2003).

4. Considerações Finais

As políticas públicas de alimentação no Brasil são um conjunto essencial de estratégias para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e garantir a saúde da população. Instrumentos como a LOSAN, PNAN, PNAE, PAT e PAA possuem, em suas diretrizes e aplicações, o potencial do Estado brasileiro em ações articuladas intersetoriais na direção à segurança alimentar e nutricional, à redução das desigualdades sociais e ao combate à dupla carga da má nutrição.

O papel do nutricionista destaca-se como fundamental nesse cenário, não apenas como executor de diretrizes técnicas, mas também como agente de transformação da realidade alimentar de vários grupos populacionais. Sua luta em ações de vigilância nutricional, educação alimentar e apoio institucional reafirma a eficácia das políticas públicas no dia a dia.

Apesar dos avanços, ainda há desafios a serem superados, como o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, o enfraquecimento dos programas sociais e as desigualdades regionais.



Portanto, é fundamental garantir a continuidade e o fortalecimento dessas políticas, com investimentos públicos, participação social e qualificação permanente dos profissionais da área da saúde e da nutrição.

Portanto, reitera que a promoção da boa alimentação no Brasil só será possível por meio de um sistema público fortalecido, solidário e comprometido com a equidade, a sustentabilidade e a dignidade humana.

Referências

- BARROS, D. C.; OLIVEIRA E SILVA, D.; GUGELMIN, S. Â. (orgs.). **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde indígena**. vol. 1. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e define diretrizes para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 set. 2006
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: Ministério da Saúde.
- DIAS, P. C.; HENRIQUES, P.; ANJOS, L. A. et al. Dynamics of the double burden of malnutrition and the changing nutrition reality. **The Lancet**, v. 395, n. 10217, p. 65–84, 2020.
- MOURA, M. D.; MELO, A. L. B.; DIONISIO, L. S. O fomento à agricultura familiar, desenvolvimento sustentável e segurança alimentar no âmbito do PNAE e PAA. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 7, 2023.
- OLIVEIRA, A. M.; ARAÚJO, A. L. B.; MARTINS, M. A. S. **A contribuição do PNAE e PAA através da agricultura familiar sustentável para segurança alimentar e nutricional**. In: **A contribuição dos programas de política pública do governo federal – PAA e PNAE**. Editora científica, 28 jun. 2024.
- OLIVEIRA, R. L.; AMPARO-SANTOS, M.; VERTHEIN, F. Evolução das ações de nutrição na atenção primária à saúde nos 20 anos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 6, e00012322, 2023.
- REINALDO, R. A. S. Insegurança alimentar e políticas públicas: uma revisão crítica da realidade brasileira. **Revista Interdisciplinar de Políticas Públicas**, v. 9, n. 2, p. 45–62, 2023.
- SANTOS, J. F. et al. Apoio matricial nas ações de alimentação e nutrição: visão dos profissionais da Estratégia Saúde da Família. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 793-811, 2017.
- SILVA, V. da. Segurança alimentar e nutricional. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, 2024.
- WAGNER, D.; GEHLEN, I. A inserção da agricultura familiar no mercado institucional: entre o direito e o acesso ao recurso da política pública. **Revista Espacios**, v. 38, n. 46, 2017.